

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02 / Ago



CNTV

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2154 | 2019

UNI global union

BAHIA

CATEGORIA FALOU GROSSO: PATRÃO NO NOSSO SINDICATO, NÃO!



Não adiantou as ameaças, a coação, a pressão, as viaturas de empresa e fiscais tentando acompanhar e interferir na votação na capital e interior. Não adiantou o dinheiro sujo (aquele dinheiro tirado do salário do vigilante em forma de não pagamento correto dos seus direitos) investido em traidores e pelegos. Não adiantou o consorcio de empresas. No sigilo do seu voto e de forma firme o vigilante disse NÃO! PATRÃO NO NOSSO SINDICATO, NÃO!

- Chapa 1- De Luta, Sem Pelego, Sem Patrão 929 votos – 65%.

- Chapa 2 – dos pelegos e dos patrões 503 votos – 35%.

A direção do Sindicato fez tudo para oportunizar a categoria a opção de escolha. Deu prazo a chapa de oposição para se ajustar e se habilitar para a disputa. Organizou o pleito e garantiu a transparência, a democracia.

A oposição esteve o tempo todo presente na Comissão Eleitoral (quem coordenou o processo) eleita em assembléia e, que no final e consensualmente atestou a lisura, a organização e a seriedade do pleito. O próprio cabeça da chapa 2 expressou o mesmo reconhecimento durante e ao final da apuração.

Agora é olhar pra frente. Agora não existe mais chapas. Só o Sindicato e a categoria juntos contra os patrões exploradores, lutando pelo aumento de salário, contra o calote, contra a exploração e por condições dignas de trabalho.

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

SINDICATO É LUTA E SEM PELEGO E SEM PATRÃO!

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

CUT BAHIA PARABENIZA A CHAPA 1 POR VITÓRIA NA ELEIÇÃO DO SINDVIGILANTES

A Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT Bahia) parabeniza a vitória expressiva Chapa 1 - De Luta, Sem Pelego, Sem patrão na eleição do Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado da Bahia (Sindvigilantes Bahia), com 915 votos, a vitória foi consolidada pela vontade da categoria.

A atuação forte dos sindicalistas da Chapa 1, aliada a união e apoio dos sindicatos CUTistas, resultou em uma categoria com a certeza que a Chapa 1 é a melhor opção para os (as) vigilantes, garantido uma votação esmagadora, dada pelos trabalhadores, que através do voto disseram sim, queremos a Chapa 1.

O presidente da CUT Bahia, Cedro Silva parabeniza os dirigentes da Chapa 1 e alerta para importância dessa vitória. "A Chapa 1- De Luta, Sem Pelego, Sem patrão ganhou de

forma democrática a eleição do Sindvigilantes Bahia e demonstrou um ganho significativo para todos os sindicatos. Os companheiros da Chapa 1 ganharam de uma chapa que era formada pelo patrão. Em um momento que o atual governo paga, com o dinheiro público, os deputados federais para votarem a favor da reforma da Previdência e aqui na Bahia, com o exemplo da Chapa 1 foi demonstrado que o trabalhador unido não perde direitos para patrão. Parabéns Chapa 1, vitória da democracia que respeitou a vontade da classe. E assim os dirigentes continuarão com o excelente trabalho que já vinham fazendo a favor dos direitos da categoria e farão ainda melhor", afirma.

Parabéns Chapa 1 - De Luta, Sem Pelego, Sem patrão!

Unidos somos mais fortes!

Fonte: CUT/BA

Câmara derruba veto a projeto que prevê geração de mais empregos para vigilantes



A Câmara de Natal derrubou na tarde desta quinta-feira (01) o veto do prefeito Álvaro Dias ao projeto do então vereador Sandro Pimentel (PSOL) que prevê a presença de segurança armada 24 horas ininterruptas, inclusive em finais de semana e feriados, em instituições

bancárias, públicas ou privadas e cooperativas de crédito no município de Natal. A sessão foi acompanhada de perto por integrantes do Sindsegur, pois trata-se de um projeto gera mais empregos para a categoria.

Fonte: SINDSEGUR RN

Sindsegur reverte temporariamente demissões na UERN



O Sindsegur, juntamente com o deputado Sandro Pimentel (PSOL), esteve em Mossoró se reunindo com o reitor e três pró-reitores da UERN, momento em que foi tratado sobre o fim do contrato com a empresa de vigilância.

Os avisos prévios estão temporariamente cancelados, a reitoria assumiu um compromisso de negociar com a empresa no dia 5 de agosto para tratar do corte de 25% nos valores dos contratos. A reitoria entregou os contratos para serem analisados pelo jurídico do mandato

parlamentar e o Sindsegur para tentar minimizar os danos e cortes nos empregos da categoria.

Vale lembrar que a redução nos empregos de vigilante nas universidades públicas se dá devido ao corte de 30% nas verbas de custeio feitas pelo Governo Federal na educação pública de todo o país. No dia 30 de julho um novo corte de mais de R\$ 1 bilhão foi anunciado e suas consequências ainda não foram previstas.

Fonte: SINDSEGUR RN

NITEROI/RJ

COMUNICADO AOS VIGILANTES ASSOCIADOS AO SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITEROI E REGIÕES (SVNIT)

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (Svnit), solicita a todos os Vigilantes associados que entre em contato como Sindicato para atualizar os seus dados cadastrais, inclusive os seus telefones de contatos.

Estamos tendo dificuldades para localizar os companheiros associados para entregar a cesta de aniversário e ficará difícil também localizar para a entrega da cesta no final do ano.

Pedimos a todos os associados que estiver aniversariando este mês e que é sócio do

Sindicato SVNIT que entre em contato urgente para que possamos agilizar a entrega da cesta de aniversário, o companheiro que puder ir ao Sindicato pegar a sua cesta pode ir que será bem recebido.

O horário de atendimento do Sindicato é de segunda a sexta feira das 09 às 16 horas, os telefones do Sindicato Svnit são: 3607-3070 / 3628-3070

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Medida do governo ameaça segurança dos bancários

Decreto editado pela gestão Bolsonaro extinguiu conselhos com participação da sociedade, dentre eles o fórum responsável por sugerir soluções para melhoria e fiscalização dos serviços de segurança privada



A última reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), realizada no dia 10 de julho, trouxe uma notícia preocupante para os trabalhadores bancários e vigilantes, e seus representantes: a extinção da própria comissão.

A CCASP tinha a atribuição de examinar e propor soluções para a melhoria e a fiscalização dos serviços privados de segurança; examinar e opinar sobre as leis e normas que regulamentam a segurança privada; avaliar o funcionamento de empresas de vigilância e segurança, transporte de valores e cursos de formação de vigilante.

Também era atribuição da CCASP autorizar aquisição e posse de armas e munições e de outros equipamentos utilizados pelas empresas de segurança privada; avaliar currículo para os cursos de formação de vigilantes; e discutir todas as questões relacionadas aos serviços privados de segurança, levadas à comissão.

Os membros tinham ainda acesso a dados de segurança, como valores e quantidade das multas aplicadas a bancos que descumprissem o plano de segurança.

Segundo os representantes da Polícia Federal, o fim da CCASP se deu na esteira do decreto editado pelo governo Bolsonaro que extinguiu vários conselhos alegando corte de custos

ou a falta de importância destes fóruns com participação da sociedade.

O decreto manteve apenas 32 comitês consultivos em funcionamento. Esses conselhos representam apenas 1,2% do total de 2.593 colegiados ligados ao governo, segundo levantamento do Ministério da Economia, obtido pelo Globo.

Ainda segundo os representantes da PF, o governo havia pedido dados do conselho, o que gerou expectativas da própria PF de continuidade, mas diferentemente de alguns outros conselhos que foram retomados, a CCASP foi finalizada por decreto, com proposta de criação de um outro conselho em outro formato por Projeto de Lei, o que, além de demorar, deve ter um controle maior do governo.

“Por que criar um novo projeto de lei se segue paralisado no Congresso Nacional, sem previsão de votação, o novo estatuto da segurança privada que contempla grande parte dos anseios e reivindicações dos trabalhadores bancários e vigilantes?”, questiona Carlos Damarindo, secretário de Saúde do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

“Se já existe um projeto de lei que responde às necessidades da sociedade, o governo deveria atuar para priorizar sua votação e, dessa forma, valorizar quem é diretamente afetado pela violência: bancários, vigilantes e clientes. Mas ao invés disso, o governo exclui os representantes da sociedade das políticas que interferem diretamente nas suas vidas. Essa comissão existe a fim de equilibrar a relação entre trabalhadores e empresas. Portanto, sua extinção beneficiará apenas os bancos, preocupados exclusivamente com a segurança do seu patrimônio financeiro, e não com as vidas dos seus trabalhadores e clientes”, afirma Damarindo.

Fonte: SP Bancarios

Sucatear para privatizar:

Banco do Brasil quer demitir 2,3 mil trabalhadores

Direção do Banco do Brasil oferece incentivos para que trabalhadores e trabalhadoras peçam demissões. Fim do papel de banco público faz BB perder mais de 1 milhão de clientes



O sucateamento do Banco do Brasil (BB) para que a instituição seja privatizada segue a passos largos. O Banco anunciou nesta segunda-feira (29) que está oferecendo incentivos de R\$ 20 mil a R\$ 200 mil para aqueles que se demitem voluntariamente, além de implantar o Programa de Adequação de Quadro (PAQ), que nada mais é do que a transferência de funcionários de uma cidade para outra. Segundo o BB, a opção de desligamento é exclusiva para os funcionários lotados em função com “excesso de pessoas”.

Hoje, o Banco do Brasil tem 98 mil trabalhadores e trabalhadoras contra 120 mil durante os governos Lula e Dilma. Uma perda de 28 mil desde o golpe de 2016, quando o ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) iniciou o

desmonte do banco.

“O sucateamento começou com Temer que instituiu um programa de reestruturação, fechando agências. Ali começou o assédio moral contra os funcionários do banco que se sentiram pressionados a aceitar planos de demissão voluntária temendo perder seus empregos, benefícios e salários”, conta João Fukunaga, secretário de assuntos jurídicos do Sindicato dos Bancários de São Paulo e funcionário do Banco do Brasil.

O dirigente critica a intenção do banco de demitir 2,3 mil funcionários e transformar 333 agências em todo o país em postos de atendimento e 49 postos em agências, sob o argumento de que os clientes não serão

prejudicados já que eles serão compensados pela ampliação do modelo digital em que têm acesso às suas contas por meio da internet.

Para Fukunaga essa decisão acaba com o papel de um banco público de atender a parcela mais pobre da população. “Em São Paulo você até pode achar que tem uma posição consolidada de clientes que utilizam a internet e os smartphones, mas as filas continuam imensas nas cidades com uma população de menor poder aquisitivo, porque o os mais pobres utilizam as agências para tirar suas dúvidas também”.

Para o dirigente, um banco público pode dar lucro, mas não pode adotar um modelo

de banco privado que não atende o seu papel social.

É um desmonte diminuir o papel de inserção do maior banco público do país, na contramão da política de acesso ao crédito, feita em 2008, no governo Lula, que ajudou o país a sair da crise econômica. Igualar o Banco do Brasil aos bancos privados só faz o BB perder clientes- João Fukunaga

De acordo com dados da própria instituição, desde o golpe de 2016 o BB perdeu mais de 1 milhão de clientes de contas pessoas física e jurídica, além de investidores de cadernetas de poupança.

No quadro abaixo é possível comparar os dados do primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período deste ano.

Dados Banco do Brasil - Clientes	1T16	1T19	Varição no período
Total de Contas Correntes	37.824.306	36.580.251	-3,3%
Pessoa Física	35.418.686	34.260.801	-3,3%
Pessoa Jurídica	2.405.620	2.319.450	-3,6%
Total de Contas de Poupança	39.252.286	37.999.989	-3,2%
Fonte: Demonstrações Contábeis do BB			

“Essa diminuição do papel social de Banco do Brasil para uma lógica de mercado privado impede que a população mais pobre tenha acesso aos serviços que a instituição tem de prestar enquanto banco público”, adverte Fukunaga, que também é representante da comissão de funcionários dentro do BB.

A proposta de demissão do BB

Pela proposta apresentada pela direção do Banco do Brasil, os trabalhadores e trabalhadoras com até 20 anos de banco receberão até 7,8 salários brutos. Quem está

há mais de 20 anos receberá até 9,8 salários, desde que o piso não seja menor do que R\$ 20 mil e o teto de R\$ 200 mil.

Os funcionários e seus dependentes terão as mensalidades do plano de saúde pagas por um ano. Eles também serão dispensados de ressarcir custos com treinamentos e cursos e de restituir ao banco “vantagens” recebidas em nomeação ou remoção ocorrida com menos de 365 dias da data de desligamento.

Fonte: Agência Brasil

MPT defende rejeição da MP 881, a “nova minirreforma trabalhista”



O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nesta terça-feira (30) uma nota técnica, rejeitando o trecho da MP da Liberdade Econômica, que propõe uma “minirreforma trabalhista”.

A Medida Provisória (MP) nº 881, encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL), foi apresentada como uma proposta para desburocratizar a rotina das empresas. Na Casa, foi ampliada com dezenas de propostas que alteram a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e está tramitando como Projeto de Lei de Conversão (PLC) nº 17 de 2019.

A nota do MPT defende a rejeição parcial do texto que, segundo o órgão, traz brechas para a

corrupção e amplia riscos à saúde e à segurança de trabalhadores e das trabalhadoras.

O objetivo da nota, segundo o MPT, é alertar a sociedade sobre violações à Constituição e possíveis prejuízos a direitos sociais, bem como o aumento dos custos previdenciários.

Entre os pontos questionados pelo MPT estão a liberação do trabalho em domingos e feriados, a flexibilização do registro de jornada, e a extinção da obrigatoriedade da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em estabelecimentos ou locais de obras com menos de 20 trabalhadores – antes era de dez.

“As mudanças pretendidas contribuirão para um crescimento significativo dos acidentes de

trabalho no Brasil, que já ocupa o vergonhoso quarto lugar no mundo em números de acidentes, além de causar prejuízos para o sistema de Previdência Social, que já amarga gastos de mais de R\$ 80 bilhões em benefícios previdenciários nos últimos seis anos, devido a esse descaso com a saúde e segurança dos trabalhadores, além de aumentar os custos com o Sistema Único de Saúde”, destaca o procurador-geral do MPT, Ronaldo Curado Fleury, que assina a nota.

O afrouxamento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho é outro ponto de preocupação. Para o MPT, o critério da dupla visita, por exemplo, não deve ser aplicado em situações de violações às normas de segurança e saúde do trabalhador ou quando da constatação de tráfico de pessoas. “Num país em que a falta de prevenção mata mais de 2 mil trabalhadores a cada ano, qualquer medida que reduza a proteção ao meio ambiente do trabalho deve ser considerada inconstitucional, desarrazoada e inadequada”, enfatiza Fleury.

A nota técnica ressalta, ainda, que a permissão de terceirização de atividades-fim de fiscalização de diversos órgãos públicos compromete a imparcialidade da ação fiscal, que passará a ser feita por agentes privados, com interesses particulares, aumentando as possibilidades de corrupção.

O documento também chama a atenção para inconstitucionalidades referentes à previsão de que “o termo de compromisso lavrado pela autoridade trabalhista terá precedência sobre quaisquer outros títulos executivos extrajudiciais”. Segundo o procurador-geral

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Ronaldo Fleury, tal previsão fere a autonomia e a independência do MPT, igualmente legitimado para firmar termo de ajustamento de conduta (TAC).

“O TAC é justamente usado para solucionar conflitos trabalhistas de forma extrajudicial, para que a empresa tenha a oportunidade de assumir o compromisso, voluntariamente, de cessar eventuais irregularidades que poderiam acabar motivando ações judiciais, com prejuízos maiores para a economia da empresa, para o trabalhador e para toda a sociedade”, ressalta o PGT. Assim, entre os efeitos que tal medida pode provocar, está o aumento de demandas do MPT no Judiciário.

Para Fleury, “apesar de a ideia da proposta ser a de alavancar a economia do país, o projeto fere princípios constitucionais relevantes para a economia brasileira, como a proteção à dignidade da pessoa humana, a valorização do trabalho, a função social da propriedade e a proteção ao meio ambiente, que são direitos inalienáveis. Ademais, não gera demanda de consumo e portanto não proporcionará desenvolvimento econômico e emprego”.

Dessa forma, o MPT apresenta sugestões de adequações ao texto, pois considera que a atual redação pode inclusive comprometer os negócios brasileiros no âmbito internacional, com possíveis embargos econômicos decorrentes de práticas violadoras de Direitos Humanos e do descumprimento de dispositivos previstos em tratados internacionais.

Fonte: CUT Brasil com apoio do MPT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF